



**ATA N.º 21/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA  
REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2015.** -----

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e quinze, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV), onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira (CDU-PCP/PEV), Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT), e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV). -----

Esteve ainda presente a secretariar a reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil).-----

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes, informou que o sr. Vereador Pedro Gaspar justificou a sua ausência por motivo de doença, e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte e cinco minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

**MOVIMENTO DE FUNDOS** -----

Foi distribuído o resumo diário de tesouraria de 19 de novembro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de € 443.927,00. -----

O Sr. Presidente informou que os pontos que constituíam a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, eram os seguintes: -----

**Ponto 1** - Relação de todas as adjudicações efectuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/10/2015 a 31/10/2015. - Município de Alpiarça - Contratação Pública.-----

**Ponto 2** - Licença especial de ruído para os dias 14 e 15 de Novembro de 2015, no horário compreendido entre as 22h e as 02h, para o Bar Jardim Dom Dion, com a actividade de música ao vivo, no referido Bar, sito na Rua 5 de Outubro, em Alpiarça.----  
Requerente: Ana Sofia Pais Ramos Pereira.-----

**Ponto 3** - Projecto de Revisão e Actualização das Normas de Controlo Interno Câmara



Municipal de Alpiarça - 2015, conforme objectivos definidos no ponto 2.9.2 do POCAL.

Município de Alpiarça -Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----

**Ponto 4** - Proposta para a Autorização para a Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2016.-----

Município de Alpiarça - Proposta da Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2016.-----

Município de Alpiarça - Proposta Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 6** - Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o Ano de 2015 a liquidar em 2016 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redacção actualizada.-----

Município de Alpiarça - Proposta Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e colocou para apreciação e aprovação a ata n.º 17/2015, referente à reunião realizada em 25 de setembro de 2015. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do seu pai que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara anterior. Em relação à ata colocada para aprovação reafirma que continuam por aprovar um conjunto de atas em atraso e as atas que são apresentadas continuam a resumir em demasia os assuntos tratados nas reuniões e não refletem com exatidão o que se passa. -----

O Sr. Presidente respondeu que as atas em atraso já foram enviadas aos senhores vereadores há alguns meses para poderem analisar e apresentarem sugestões e que essas atas virão para aprovação numa próxima reunião, se não existirem muitos pontos para discutir, ou numa reunião extraordinária, se houver essa necessidade. Foi colocada à votação a ata n.º 17/2015 que qual foi aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Francisco Cunha e o Vereador Carlos Jorge Pereira não participou na votação, uma vez que não esteve presente na reunião realizada no dia 25 de setembro de 2015. -----



## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente iniciou o período de antes da ordem do dia com uma proposta de voto de pesar da Câmara Municipal de condenação dos atentados em Paris e de todas as formas de terrorismo incluindo o terrorismo de Estado. -----

Informou também duma reunião que se realizou ontem em Salvaterra de Magos entre os municípios das regiões do Alentejo e Lezíria do Tejo que foram considerados centros urbanos complementares em termos de acesso aos fundos comunitários do Portugal 2020, em que foi discutida a diferenciação entre municípios considerados como centro urbanos complementares e estruturantes, onde dos 58 municípios que fazem parte a CCDR Alentejo, 26 são estruturantes e têm afetos 125 milhões de euros e 32 são complementares e têm apenas afetos 18 milhões. Foi criado um grupo de coordenação, onde Alpiarça está incluída, e foram também definidas algumas ações a desenvolver no sentido de, junto das entidades competentes, exigir um reforço das verbas afetas aos municípios com centros complementares de forma a acabar com as injustiças criadas por esta forma de distribuição das verbas provenientes dos fundos comunitários. -----

Por último o Sr. Presidente referiu-se a uma notícia que foi recentemente publicada na comunicação social sobre um casal que atravessa dificuldades económicas, onde estava referido que a Câmara Municipal de Alpiarça tinha cortado o escalão B ao filho do casal. O Sr. Presidente informou que a notícia do corte do escalão era totalmente falsa e que nunca a câmara impossibilitou que qualquer criança pudesse almoçar ou lanchar, bem como a atribuição dos escalões pela Câmara é feita com base nos escalões atribuídos pela Segurança Social e que também já contactou os órgãos de comunicação social no sentido de solicitar a retificação do erro na notícia publicada.-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha começou a sua intervenção por referir que na reunião de 30-10-2015, em que o Sr. António Moreira substituiu o Vereador Francisco Cunha, o sr. Presidente tinha lido uma informação que não correspondia ao requerimento a solicitar a suspensão de mandato. O Sr. Presidente respondeu que na reunião em causa



apenas informou a Câmara Municipal da substituição e não leu o requerimento do Sr. Vereador e que isso foi utilizado de forma totalmente descabida e irresponsável, pondo em causa o carácter do Presidente da Câmara. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha questionou se já estavam efetuados todos os pagamentos das refeições do Festival do Melão. Congratulou-se por não ter sido cortado o escalão do filho do casal referido na notícia que o Sr. Presidente falou e referiu que foram gastos pela Câmara de Alpiarça centenas de euros num comunicado sobre um assunto relacionado com este casal que envolveu os bombeiros e que isso serviu apenas para acusar a oposição. Solicitou também informação sobre a pintura das passadeiras na rua José Relvas, que foram apagadas devido à reparação da estrada. Continuou referindo que tem lido nas redes sociais de que existe uma constante violação dos caixotes do lixo e gostaria de saber o que o executivo da Câmara de Alpiarça tem a dizer sobre isso. Referiu também que o lixo não é recolhido atempadamente e que anteriormente a recolha era feita com dois carros de recolha de lixo e que agora apenas é feita por uma viatura.-----

O Vereador Francisco Cunha abordou questões relacionadas com o agendamento das assembleias municipais referindo que deveriam ser marcadas para a sexta-feira ou véspera de feriado e que este agendamento constitui um défice democrático e serve apenas para que os assuntos não possam ser discutidos pelo tempo necessário para a sua discussão. -----

O Sr. Presidente começou por responder ao Vereador Francisco Cunha referindo que as passadeiras já foram pintadas pela empresa Infraestruturas de Portugal, depois de muita pressão da Câmara Municipal de Alpiarça. Em relação ao comunicado enviado à população o Sr. Presidente referiu mais uma vez que se tratou de esclarecer a população sobre algumas notícias que envolviam os bombeiros de forma incorreta e irresponsável, e sentiu necessidade de defender o nome dos Bombeiros Municipais de Alpiarça. Sobre as considerações em relação à Assembleia Municipal o Sr. Presidente referiu que as questões da Assembleia deveriam ser discutidas no próprio órgão e não



faz qualquer sentido serem abordadas na Câmara Municipal e considera que colocar o rótulo de falta de democracia a uma terra como Alpiarça é completamente descabido tendo em conta a tradição de liberdade e democracia da nossa terra e toda a liberdade que existe para todas as forças políticas se manifestarem nos diversos órgãos da autarquia e que este tipo de discurso só serve para dar uma má imagem de Alpiarça.---

O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Vereador Carlos Pereira que respondesse às questões sobre o lixo. O Sr. Vereador Carlos Pereira começou por solicitar ao Vereador Francisco Cunha que concretizasse o que realmente gostaria de ver respondido. O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que se diz nas redes sociais que violam os caixotes do lixo, mexem nos sacos e revolvem o que está dentro dos caixotes e gostaria de saber o que o executivo da Câmara tem a dizer sobre isso. -----

O Sr. Vereador Carlos Pereira respondeu que essas questões devem ser colocadas a quem as publica nas redes sociais e que não se pronuncia sobre afirmações que não proferiu. Quanto à recolha do lixo referiu que todo o lixo é recolhido atempadamente com o empenho dos trabalhadores da autarquia e que não é o número de viaturas que é determinante na recolha atempada. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que já foram efetuados todos os pagamentos das refeições do Festival do Melão. -----

O Sr. Presidente deu mais um período para réplica aos assuntos já discutidos. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha reafirmou que o comunicado à população sobre os bombeiros teve um custo de centenas de euros e que apenas visou atingir politicamente a oposição e referiu também que tem a maior consideração pelos Bombeiros Municipais de Alpiarça e pelo seu comandante. Em relação à Assembleia Municipal o sr. Vereador Francisco Cunha afirmou que o Presidente da Câmara pressiona o Presidente da Assembleia para marcar a data das assembleias municipais fora das vésperas de fim de semana e feriados.-----

O Sr. Presidente referiu que os assuntos abordados devem ser sustentados em factos e não em suposições e que este tipo de abordagem só prejudica a discussão política séria



e responsável, pelo que não tem nada mais a acrescentar ao que já foi dito.-----

O Sr. Presidente colocou à discussão do voto de pesar de condenação dos atentados em Paris e de todas as formas de terrorismo incluindo o terrorismo de Estado. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que é intolerante ao terrorismo e é contra os países que se ingerem no território doutros países e que vai votar a favor do voto de pesar. -----

Colocado à votação o voto de pesar foi aprovado por unanimidade e decidido enviá-lo à cidade de Champigny-sur-Marne. -----

Foi feito um intervalo de 5 minutos. -----

Retomaram-se os trabalhos eram dezassete horas e cinco minutos. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1 - Relação de todas as adjudicações efectuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/10/2015 a 31/10/2015. - Município de Alpiarça - Contratação Pública.**-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha solicitou esclarecimento sobre verbas referentes a 2 requisições. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que essas duas verbas são referentes a custas judiciais de processos em que a Câmara Municipal está envolvida. -----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**Ponto 2 - Licença especial de ruído para os dias 14 e 15 de Novembro de 2015, no horário compreendido entre as 22h e as 02h, para o Bar Jardim Dom Dion, com a actividade de música ao vivo, no referido Bar, sito na Rua 5 de Outubro, em Alpiarça.- Requerente: Ana Sofia Pais Ramos Pereira.**-----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por maioria, a ratificação, com abstenção do Vereador Francisco Cunha. -----

**Ponto 3 - Projecto de Revisão e Actualização das Normas de Controlo Interno Câmara Municipal de Alpiarça - 2015, conforme objectivos definidos no ponto 2.9.2 do POCAL.**-----



**Município de Alpiarça -Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----**

O Sr. Vereador João Arraiolos apresentou o ponto referindo que se trata duma atualização das normas de controlo interno que já existem desde 2001 tendo em conta as alterações legislativas que decorreram nos últimos anos.-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha questionou sobre quais as alterações que são propostas. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos solicitou à Dr.ª M.ª Céu Augusto que respondesse. A Dr.ª M.ª Céu Augusto informou que esta proposta resulta de um conjunto de alterações que tiveram como base legislação diversa que foi publicada nos últimos anos e que o documento anterior estava disponível no site da câmara para consulta.-----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com abstenção do Vereador Francisco Cunha. -----

**Ponto 4 - Proposta para a Autorização para a Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2016.-----**

**Município de Alpiarça - Proposta da Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.---**

O Sr. Vereador João Arraiolos apresentou o ponto referindo que se trata dum pedido de empréstimo enquadrado na lei em vigor e que serve para fazer face a dificuldades de tesouraria prevista para o ano de 2016. Referiu ainda que a proposta mais vantajosa apresentada foi do Crédito Agrícola.-----

O Sr. Vereador Carlos Pereira ausentou-se da sala por motivo de conflito de interesses, em virtude de pertencer ao quadro de pessoal do Crédito Agrícola.-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha questionou qual o valor atual do empréstimo de curto prazo contraído para o ano de 2015 e se a Câmara pretende para o empréstimo até ao final do prazo contratado.-----

O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que o empréstimo está utilizado na sua totalidade, duzentos mil euros, e que é intenção da Câmara de Alpiarça liquidar o empréstimo até 31 de Dezembro do corrente ano.-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que as contas da autarquia estão a piorar e que



o facto deste pedido de empréstimo ser superior ao pedido do ano anterior é reflexo disso mesmo e que para o ano o valor ainda será maior. Referiu ainda que não quer ser acusado de boicotar a tesouraria do município, que irá votar a favor e deixa o alerta para que a Câmara de Alpiarça não tenha gastos supérfluos.-----

O Sr. Presidente referiu que a situação financeira da autarquia é reflexo da dívida deixada por mandatos anteriores o que estrangula completamente as finanças da Câmara Municipal de Alpiarça e que não existem na Câmara gastos supérfluos. -----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal o ponto foi aprovado por unanimidade, com a ausência do Vereador Carlos Pereira. Foi ainda deliberado remeter o ponto à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

**Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2016.**-----

**Município de Alpiarça - Proposta Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.**-----

O Sr. Presidente iniciou a apresentação do ponto referindo que a proposta de orçamento apenas agora foi apresentado porque existem algumas dúvidas sobre o valor da cobrança de IMI para 2016, que ainda não foram esclarecidas pela Autoridade Tributária e também ainda não foram definidas as verbas a serem transferidas pelo Orçamento de Estado para 2016. Referiu ainda que esta proposta de orçamento vem na sequência das propostas de anos anteriores que tem como base a diminuição da dívida da autarquia e o prosseguimento de investimentos dentro das possibilidades da Câmara e da oportunidade de candidaturas a fundos comunitários. Reforçou que se mantém os apoios sociais e também o apoio ao movimento associativo, que não sofreu cortes, apesar da situação financeira.-----

O Sr. Vereador João Arraiolos apresentou de forma mais pormenorizada as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, reafirmando a diminuição da dívida e a manutenção dos apoios prestados, acrescentando a intenção de recorrer a fundos comunitários para projetos de eficiência energética, para recuperação e valorização da Albufeira dos Patudos, para promoção turística do concelho e para a regeneração





urbana. Referiu também que o Orçamento é resultado de um conjunto de propostas dos serviços da Câmara Municipal de Alpiarça e que foi elaborado de acordo com as regras em vigor o que nos limita nalguns objetivos que pretendíamos atingir.-----

O Sr. Presidente colocou as propostas à discussão. -----

O Sr. Francisco Cunha colocou várias questões, designadamente: quais as propostas do TPA (Todos por Alpiarça) que foram incluídas na proposta de orçamento; se em 2016 o Triatlo Miguel Jourdan é para realizar e onde; quais os processos em tribunal que a Câmara Municipal de Alpiarça está envolvida. Questionou ainda a que correspondem os seguinte valores: 65.000€ para investimento; 300.000€ da conta 13 referente a outras garantias; vendas da conta 9 referentes a bens de investimento, na conta 5 e 6 rendimentos de propriedades verba outros. Questionou qual a previsão de execução para o próximo ano e porque apenas agora estamos a discutir o orçamento, quando deveria ser até 30 de Outubro. Por último gostaria que fosse explicado o aumento de 30% em relação ao orçamento do ano anterior.-----

O Sr. Vereador João Arraiolos começou por responder às questões colocadas referindo que algumas das proposta apresentadas pelo TPA estão integradas nas ações desenvolvidas pela autarquia e que não existem rubricas específicas. Em relação aos valores respondeu que o valor de 65.000€ corresponde à revisão do PDM, o valor de 300.000€ é referente ao protocolo de cedência do terreno à fábrica Renoldy; quanto à venda de bens de investimento diz respeito à expectativa de venda do património da autarquia, propriedades rústicas e habitações; rendimentos de propriedade dizem respeito às rendas da EDP. Quanto à previsão de execução orçamental informou que nos últimos anos tem sido sempre acima dos 80% contrariamente ao que acontecia anteriormente. Quanto ao aumento referiu que teve a ver com enquadramento de valores que passam do ano de 2015.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com voto contra do Vereador Francisco Cunha que fez declaração de voto. “Votei contra essencialmente por considerar as receitas irrealis e completamente empoladas. Além disso todas as



propostas apresentadas pelo TPA não foram discutidas nem incluídas em qualquer ação deste plano. Existem ainda muitas dúvidas em vários itens que, em minha opinião, são praticamente impossíveis de cumprir, como o executivo bem sabe.”-----

Foi ainda deliberado remeter o ponto à próxima sessão da Assembleia Municipal, para apreciação e votação. -----

**Ponto 6 - Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o Ano de 2015 a liquidar em 2016 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redacção actualizada.**-----

**Município de Alpiarça - Proposta Presidência - Remeter à Assembleia Municipal.**-----

O Sr. Presidente apresentou o pronto referindo que apesar da proposta técnica ser de taxa máxima, propõe a aplicação da taxa mínima de IMI para o ano de 2016 dizendo que as famílias nunca foram tão sobrecarregadas com impostos como nestes últimos anos e que apesar da difícil situação financeira do município a proposta mantém-se pela taxa mínima como forma de não penalizar ainda mais a população do concelho de Alpiarça. Referiu também que a aplicação automática do benefício para pessoas com baixos rendimentos prevista para o ano de 2016 poderá refletir-se negativamente na receita do próximo ano.

O Sr. Vereador Francisco Cunha começou por referir que apesar de Alpiarça ter a taxa mínima de IMI a população do concelho paga mais do que em 2009. O Sr. Presidente respondeu que o aumento do valor a pagar resultou da alteração legislativa que determinou a reavaliação de todos os imóveis e implicou um aumento do valor a pagar em todo o território nacional, mas de qualquer forma em Alpiarça a população continua a pagar pela taxa mínima. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha apresentou a proposta de aplicar o IMI familiar com redução na taxa de IMI para quem tem 1, 2, ou mais filhos.-----

O Sr. Presidente afirmou que a proposta do Vereador Francisco Cunha vem contra a sua posição no ponto anterior onde colocou reservas à concretização das receitas previstas e agora propõe uma redução de receitas quando antes tinha dito o contrário. Afirmou também que não é socialmente justo que uma família com altos rendimentos tenha



uma redução na taxa de IMI só porque tem filhos, quando uma família com rendimentos um pouco acima do mínimo têm de pagar na totalidade, independentemente do seu rendimento. Reafirmou que a proposta apresentada já é da taxa mínima de IMI para Alpiarça.-----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra do Vereador Francisco Cunha que fez declaração de voto, assim como o Presidente; “Votei contra porque como o senhor Presidente e Vereadores do PC acreditam que vai haver no próximo ano aumento em 30% das receitas ou seja 2 Milhões de Euros. Justifica-se a redução do IMI familiar para quem tiver 1, 2 ou 3 filhos.”-- Declaração de voto do Presidente: “O Município de Alpiarça pelo 4º ano consecutivo, e numa opção política clara e inequivocamente em favor da sua população fixa mais uma vez a taxa de IMI no valor mínimo (0,3%). Assim, ao longo destes quatro anos, o Município de Alpiarça submetido a um Processo de Saneamento e de Recuperação Financeira deixou de receber cerca de 1.600.000€ em relação ao que seria expectável se aplicasse a taxa máxima (0,5%). Fá-lo porque tem sobretudo em conta, e é absolutamente sensível à parte da sua população que vive em situação de dificuldade económica. A não aplicação do chamado “IMI Familiar” deve-se acima de tudo ao fato de tal medida não ser socialmente justa, melhor: pode tornar-se socialmente injusta.”-----  
Foi ainda deliberado remeter o ponto à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

#### **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

Não se registaram intervenções. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. -----

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, a



redigi e assino. -----